

Marcílio diz que haverá novo aperto

por Claudia Safatle
de Brasília



Marcílio Marques Moreira

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, pretende definir, nos próximos dias, um conjunto de medidas que deverá traduzir-se em um "processo contínuo de aperto monetário e fiscal", através de um enxugamento da liquidez do mercado interbancário, simultaneamente a cortes de gastos (principalmente nas empresas estatais) e providências de impacto de curto prazo na elevação das receitas tributárias. "Não é nada de dramático", disse ele, em entrevista a este jornal, ontem.

Ainda nesta semana, o ministro deve dar partida ao processo de negociação com os governos estaduais para refinanciamento de um enorme estoque de dívida, estimado em algo como US\$ 54 bilhões. Ele buscará, numa negociação caso a caso, um compromisso de "solidariedade" que, além de viabilizar financeiramente a União e os estados, resulte em maior apoio das bancadas dos governadores, no Congresso Nacional a medidas de política econômica enviadas pelo Executivo.

Todas as providências

que o ministro da Economia deseja tomar para conter o déficit do setor público e uma liquidez indesejável, que acabam por sancionar aumentos de preços e, portanto, mais inflação, passariam, garantiu ele, ao largo de qualquer tentativa de "choque".

O aumento da inflação — com o ressurgimento de uma expectativa negativa quanto ao futuro — e especulações sobre eventual substituição da equipe econômica, na ótica de Marques Moreira, já fazem parte da "cultura inflacionária associada à contracultura dos choques". Uma

espécie de visão fatalista, que cumpriria um círculo: "A inflação começa baixa, eleva-se, vem um choque que, fracassado, leva à troca de equipe".

Marques Moreira garantiu que não repetirá essa trajetória. "Se estiverem pensando que sou mágico e tenho coelhos na cartola vou logo dizendo: não sou mágico, não uso cartola e acho essa história de coelhos perigosa, afinal, eles se unem com facilidade, multiplicam-se com enorme velocidade e acabaríamos tendo, além da inflação de preços, uma inflação de coelhos".

Mais, ele está convencido de que existe chance de a inflação se estabilizar sem que haja necessidade de esfriar uma demanda que cresceu, "mas que não

(Continua na página 3)

O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, abriu ontem a reunião mensal do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) apelando aos secretários de Fazenda dos estados para ajudarem o governo federal a recuperar a saúde financeira do Brasil e realizar a reforma tributária.

(Ver página 3)

por Claudia Safatle
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

está superaquecida". A linha de raciocínio do ministro da Economia é coerente dentro do objetivo de retirar o País do "fundo do poço": o ligeiro aquecimento da demanda estaria sendo acompanhado de perto pela elevação da oferta, possível de ser obtida sem explosão inflacionária.

A inflação, que sofreu um "repique" na saída do congelamento de preços, tenderia a se estabilizar, quem sabe até cair um pouco, já que na avaliação do ministro ela estaria, agora, sendo movida apenas pelas "expectativas". Como ele argumentou: "Quando a sociedade se convencer de que não haverá choque, que a política fiscal está sob controle — e estamos seguros de que não haverá déficit de caixa do Tesouro Nacional este ano (ver matéria acima) — e a política monetária está aberta, vamos dar sinais nos próximos dias nessa direção, enxugando a liquidez do sistema financeiro, a tendência será de queda da inflação".

As medidas conjunturais, que ele deverá anunciar nos próximos dias, guardará coerência com o objetivo final: reconstruir o crédito público e buscar uma economia de mercado.

Ele admite que há um déficit previsto nas contas públicas (conceito operacional) deste ano, mas tem uma visão diferente. A grande pressão sobre o déficit estaria nas contas das empresas estatais, mas por necessidade de investimentos do que por dívidas ou gastos com custeio. "Este ano as estatais retomaram um certo nível de investimentos necessários. E hoje o próprio governo norte-americano já considera que financiamentos para investimentos não re-

presentam um déficit público inflacionário."

E com base nessa interpretação — e na urgente necessidade de resgatar o crédito público — que o ministro pretende negociar um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ele acredita que poderá retomar as conversas com o FMI ainda neste mês de agosto — possivelmente enviando uma missão de técnicos brasileiros a Washington (isso ainda não está certo) — e trabalhará para que haja um acordo "stand-by" que produza algum desembolso ainda neste exercício.

Pretende, porém, negociar com o Fundo com base, principalmente, no conceito de contas primárias do setor público. A contabilidade no conceito "primário" exclui os encargos de dívidas contratadas pelo setor público não-financeiro, centrando a visão do ajuste fiscal nas receitas e despesas não-financeiras.

Se o déficit operacional estimado para este ano é de exatos 2 ou 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB), o ministro não confirma. Não esclareceu, também, se as empresas estatais entram com um "buraco" de 1,4% do PIB na composição do déficit operacional. O certo é que há um desequilíbrio nas contas das estatais, nos estados e municípios e na Previdência Social. "Nós estamos revendo os números e posturas para tentarmos não ter esse déficit", disse.

Da negociação com os governos estaduais o ministro da Economia espera tirar um compromisso de "austeridade", a partir de definições conjuntas de quanto a União e cada estado deverão destinar a pessoal, custeio, serviço da dívida e investimentos.

Há um outro produto que Marques Moreira deseja colher dessa negociação

Marcílio diz que...

grande desafio será a negociação da política salarial, onde são enormes as pressões para uma reindexação dos salários mais baixos (até três salários mínimos) à inflação passada (ver matéria abaixo).